Casa e Família Operária

KLAAS WOORTMANN

Em anos recentes, foi realizada uma série de estudos, publicados ou não, tendo como tema central a família operária. Outro conjunto de trabalhos enfocou o problema da moradia e certos aspectos da política habitacional no Brasil. Também recentemente desenvolveu-se, a nível internacional, a problemática das chamadas "necessidades básicas" ("basic needs") (IDS, 1978), entre tais necessidades, ocupa lugar de destaque o problema da habitação.

A questão das "necessidades básicas", contudo, tem sido formulada, em geral, por tecnocratas, seja para colocar no mercado internacional uma nova "mercadoria intelectual", a ser vendida, principalmente, aos governos do chamado "terceiro mundo", seja como resposta a solicitações de natureza política — a política habitacional. Mas, nem esta última, nem, freqüentemente, a própria formulação da acima referida questão, tem levado em consideração o pleno significado da *casa,* limitando-se apenas à *moradia.* Ninguém colocaria em dúvida que morar é, indiscutivelmente, uma "necessidade básica", todavia, a estreita relação entre *casa* e *família* não tem sido percebida pelos formuladores de políticas habitacionais. A importância da casa vai muito além da simples dimensão de "um teto sobre a cabeça". Ela é crucial, não apenas de um ponto de vista material, óbvio, mas, igualmente, por constituir uma categoria central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas.

O Significado da Casa

Para compreendermos o significado de habitação para a classe trabalhadora, devemos partir de suas próprias concep-

ções sobre a casa. E isto nos é possibilitado por uma leitura dos estudos antropológicos e sociológicos acima referidos.

A *casa* é sempre pensada pelo grupo em questão como a contrapartida material da *família* — e existência de uma família tem como requisito uma casa; correlatamente, a casa é o *locus* de realização do grupo doméstico. No grupo por mim estudado em Salvador (Woortmann, 1975), a mesma palavra — *casa* — expressa tanto a idéia de uma estrutura material como de uma organização doméstica e outros estudos tanto em áreas urbanas (Heye, 1980) como rurais (Garcia Jr., 1975) revelam que essa estrutura material, o prédio, é, também, uma estrutura simbólica — um mapa, conforme dissemos — daquela organização. A casa é, então, a "materialização" da família, o espaço ritual onde seus membros interagem; é, também, o *locus* da reprodução da força de trabalho de seus membros individuais, na medida em que a família é uma estrutura de reprodução (Fausto Neto, 1978), e ainda, como coloca Macedo (1979), é no seu interior que as famílias constroem o seu mundo próprio e, através dele, se relacionam com o mundo externo. Ou, como me foi dito em Brasília, "o pobre só é gente dentro da casa dele".

A casa, então, relaciona-se, claramente, como o próprio conceito de família, como o demonstraram os estudos de Bilac (1978), Barbosa Alvim (1979), Fausto Neto (1978), Macedo (1979), Heyes (1980) e Woortmann (1975). Mais especificamente, relaciona-se a uma ideologia de *família nuclear*. Contrariamente a outras sociedades, como alguns países da África Ocidental e o México (Cf. Lomnitz, 1974), no caso brasileiro, a família extensa e seus correspondentes arranjos residenciais é negativamente valorizada e, sempre que possível, evitada. Enquanto no México o padrão residencial do tipo *compound* parece ser preferido, levando a população a rejeitar projetos habitacionais que supõem grupos domésticos consituídos por famílias nucleares, nas classes trabalhadoras brasileiras ocorre o oposto; segundo o dito popular, "quem casa quer casa". Tanto na cidade como entre camponeses, o casamento conduz à constituição de uma unidade doméstica independente e à residência neolocal[1].

A família nuclear é, portanto, o modelo culturalmente

---

1 O trabalho de campo recentemente concluído, relativo à reprodução camponesa em Sergipe, realizado por Ellen F. Woortmann, revela que a construção de uma casa — uma residência independente — é um dos primeiros passos do processo matrimonial. A ênfase na residência independente e na família nuclear entre camponeses é também evidenciada por Garcia Jr. (1975); Heredia (1979); Moura (1977).

legitimado; a família extensa, como um arranjo doméstico, não corresponde a um valor social, como pode ser o caso em outras sociedades, mas a uma *estratégia,* uma solução temporária correspondente a certos estágios no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, ou melhor dizendo, de dois grupos domésticos, o filial e o paterno, unificados pelos princípios do parentesco. O princípio cultural da família nuclear relaciona-se estreitamente com o conceito de privacidade — ele exige um espaço privado, a casa, onde a família se "realiza". Ainda que a composição do grupo doméstico possa variar ao longo de seu ciclo de desenvolvimento, a maioria das unidades domésticas na classe trabalhadora em Salvador (Woortmann, 1975), na Grande São Paulo (Macedo, 1979), em Araraquara (Bilac, 1978), no Nordeste (Barbosa Alvim, 1979), ou em Belo Horizonte (Fausto Neto, 1978) se compõem de famílias nucleares. Em todos esses casos, observa-se uma forte ênfase na independência e na autonomia, sendo a família extensa vista como uma interferência indevida na liberdade de tomada de decisões, como uma invasão da privacidade.

A família nuclear organiza-se em torno de dois papéis centrais, ao mesmo tempo categorias ideológicas: o "pai de família" e a "dona de casa". Tais categorias correspondem, evidentemente, ao marido-pai e à esposa-mãe, mas significam mais do que apenas isso: ao expressar papéis interdependentes, expressam, também, a estreita relação entre *família* e *casa* como dois elementos de um mesmo domínio ideológico. Só poderá haver um *pai de família* se houver uma *dona de casa* (ou mãe de família), e vice-versa. Pode-se ser marido-pai ou esposa-mãe em qualquer situação, tal como uma família extensa, mas *só se poderá ser pai de família ou dona de casa na própria residência.* Há uma diferença óbvia entre pai e *pai de família.*

Pai de família significa mais que "genitor"; significa "pater", segundo a clássica distinção antropológica; significa responsabilidade, respeitabilidade, ser "um homem sério". Em resumo, significa ser um homem, no pleno sentido da palavra, como uma categoria cultural. Nos grupos camponeses (de onde se origina boa parte das classes trabalhadoras urbanas), um indivíduo se torna "homem" quando se casa, pois é então que se desprende da autoridade e da dominação paterna. Mas, este mesmo conceito cultural requer uma família nuclear e uma residência neolocal, isto é, uma residência independente; conseqüentemente, demanda uma casa separada. A família extensa e o partilhar de uma residência comum representa a violação de um princípio de parentesco básico — a centrali-

dade da família nuclear e, com ela, dos dois papéis/categorias ideológicas aqui apresentados[2]. Portanto, a família extensa como arranjo residencial deve ser vista, simultaneamente, como uma solução (temporária) e como um problema. Ela não é a expressão de valores culturais, mas um produto da pobreza.

Se o *pai de família* provê a *casa* com os meios necessários à reprodução da família, através da venda de sua força de trabalho, a *dona de casa* é aquela que preside sobre o consumo; que toma decisões segundo padrões de *economizing,* seguindo certas regras, de forma a subordinar as necessidades individuais às necessidades da *casa,* isto é, às necessidades coletivas da família. As atividades da *dona de casa* são uma função da família nuclear; a organização do grupo doméstico atribui à esposa-mãe o controle sobre a produção dos valores de uso essenciais à reprodução de seus membros, e é esse controle que define a própria essência de ser *dona de casa.* Mas tal controle supõe um *locus,* que é dado pela residência independente. Se a categoria *pai de família* supõe a família nuclear e a residência neolocal, o mesmo ocorre com a categoria *mãe de família,* pois esta não pode ser realizada numa casa com mais de uma família — em cada casa só pode haver uma *dona de casa.* A co-residência de mais de uma família elementar solapa a estrutura de autoridade da família, como é ressaltado por Barbosa Alvim (1979) e Bilac (1978).

A cozinha é foco da contradição: uma cozinha para duas famílias é sempre vista como um foco de tensão e conflito. O componente central do papel de *dona de casa* é o controle sobre a comida, e a comida é o componente central da reprodução da força de trabalho desse grupo social. A alta concentração de gastos sobre a comida torna o papel de *dona de casa* de importância central, pois é ela que transforma em comida as mercadorias obtidas através da venda da mercadoria do *pai de família* — sua forma de trabalho. Presidindo sobre o consumo — um dos pólos da reprodução — é ela que realiza as estratégias "maximizantes" do grupo doméstico. O papel da *mãe de família* variará através do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, particularmente, em confronto com o papel e o *status* do *pai de família;* entre outras razões, pela combinação da produção de valores de uso e de valores de

---

2 É evidente, desde um outro ponto de vista, que a família extensa (ou outros arranjos residenciais) pode ser também vista com o pôr em vigor de princípios de parentesco, aqueles referentes à "solidariedade de sangue". Isto, todavia, não elimina a contradição inerente à família extensa como grupo doméstico.

troca. No entanto, por todo o ciclo de desenvolvimento, a *dona de casa* retém certos papéis centrais, relativos às "necessidades básicas" da família e, entre elas, cozinhar é percebido como a mais importante. A mãe é quem "sabe dessas coisas"; como preparar a comida da forma mais econômica, a fim de fazer com que ela "renda mais". Cozinhar não pode ser submetido a erros, numa situação de escassez onde a principal proibição alimentar é o "tabu do desperdício" (Souto de Oliveira, 1977). Segundo uma das informantes de Fausto Neto:

> Eu considero o meu trabalho de grande responsabilidade. Se o leite derramar ou o feijão queimar, a Sra. já pensou que prejuízo? Então eu digo, as meninas podem varrer a casa, passar a roupa. Mas a cozinha é comigo, eu tomo conta dela. Não é que as meninas não sabem cozinhar; saber elas sabem, mas tem outras coisas para elas fazer (Fausto Neto, 1978: 97).

Mas o motivo não é puramente "econômico"; há, igualmente, um componente ideológico desse "monopólio" da cozinha, pois é o controle sobre ela que define a *dona de casa.*

Por outro lado, a quantidade de comida preparada e o modo de prepará-la são funções das possibilidades do marido de realizar o papel de *pai de família.* Não é difícil entender que para o pobre cozinhar é preciso que tenha privacidade, já que esta atividade reflete a medida em que as duas categorias papéis centrais da organização familiar são realizadas. É igualmente fácil entender por que uma casa independente para cada família nuclear — o domínio privado — é tão importante. Os papéis de controladora do consumo e de provedor de renda estão intimamente articulados na ideologia da família; não pode haver uma *dona de casa* e mais de um *pai de família,* ainda que, obviamente, possa haver mais de um homem contribuindo para o orçamento doméstico; nem pode existir, dentro de uma mesma unidade doméstica, um *pai de família* e mais de uma *dona de casa.* A coexistência de duas famílias elementares dentro de uma mesma casa significará que um dos casais terá que abdicar dos *status* de pai e dona de casa. Em outras palavras, esse casal, mesmo tendo filhos, não será uma *família,* nos termos das categorias culturais predominantes. O homem casado que vive sob a autoridade de outro *pai de família* (geralmente seu sogro, pois as famílias extensas tendem a ser matrilocais) encontrar-se-ia na situação paradoxal e ambígua de "menoridade adulta", segun-

do a expressão de Bourdieu (1962). Quanto à mulher, a subordinação a uma outra mulher a impedirá de ser dona de casa de direito próprio. Os laços de parentesco que usualmente articulam mais de uma família elementar num mesmo grupo doméstico poderão dissimular a contradição, mas não a resolvem. Poder-se-ia, mesmo, dizer que, dado o modelo ideológico predominante, a família extensa (categoria analítica) significa a não existência da *família* (categoria cultural).

Viver na casa paterna é, além disso, percebido pelas mulheres como uma sobrecarga de trabalho. Como foi observado por Barbosa Alvim (1979), as mulheres queixam-se de ter de cozinhar para "muitas pessoas" (duas famílias elementares), não pelo trabalho em si, mas porque ele é *desprovido de sentido* — este cozinhar não conduz à condição de *dona de casa*, e já vimos a relação entre este *status* e a cozinha. Observe-se, ademais, que uma família extensa pode ser menor, quantitativamente, que uma família elementar, mas, na primeira, o trabalho da mulher subordinada não é ideologicamente legítimo. Ao mesmo tempo, o fato de que a mulher não pode ser *dona de casa* significa que o marido é incapaz de ser *pai de família*. A dependência residencial, portanto, contradiz os princípios da ideologia familiar.

Heye (1980) observa o seguinte:

> Durante o tempo em que Mata Machado esteve sob a jurisdição da Codesco e vigorava a proibição de construção de casas novas, muitos dos filhos dos moradores originais... se casaram. Quem casa quer casa, e a solução encontrada foi desdobrar ... a casa original de modo a oferecer à nova família nuclear uma casa independente, isto é, dispondo de porta de frente e de fundos, de sala e fogão (Heye, 1980: 126).

Há implícito o projeto da nova família em residir próximo à sua rede de parentesco, mas com independência, e esta última é conseguida, nessa situação peculiar, por uma solução ideológica "de emergência". Um espaço acrescido, com "porta de frente e de fundos".

A moradia é, pois, uma "necessidade básica" num sentido mais amplo que transcende seu aspecto material. A propriedade da casa é importante em vários sentidos, mas ela só faz sentido *quando a casa é referida a uma família nuclear*, como o indicam todos os estudos citados. A residência inde-

pendente não significa, necessariamente, a propriedade, mas esta é, sem dúvida, a principal aspiração das famílias das classes trabalhadoras. Tal como observaram Macedo (1979), Fausto Neto (1978), Barbosa Alvim (1979) e Bilac (1978), a idéia de poupança relaciona-se, diretamente, à construção, ou melhoria da casa. Dada a alta concentração de despesas na alimentação, as estratégias de *economizing* da *dona de casa* são de importância central para as possibilidades de casa própria para a família.

Não só a casa, mas também a *casa própria*, se relacionam à ideologia familiar. De um lado, coloca-se o significado evidente de não pagar aluguel, pois este absorve uma parcela significativa da já minguada renda familiar. Ademais, o aluguel representa um gasto fixo para muitas famílias que se caracterizam pela renda instável e, freqüentemente, dificulta a satisfação adequada de outras necessidades básicas, principalmente a alimentação. A casa própria significa, também, a garantia do futuro, pois, numa situação de mercado de trabalho instável, a perda do emprego poderia significar a perda da moradia, sempre que esta depende do aluguel, isto é, perde-se a *casa* como contrapartida material da *família*. A casa própria representa, também, uma reserva de valor a ser mobilizado em situações de crise, assim como uma garantia na velhice. Em muitos casos, a casa própria é a base para o estabelecimento de um negócio autônomo (no assim chamado "setor informal"), ou para a obtenção de crédito para a aquisição de bens de consumo duráveis. A casa própria, então, significa "capitalização", mais que consumo, pois ela pode se tornar fonte de renda, inclusive porque pode ser total, ou parcialmente, alugada. Neste ponto, alguns dos estudos mencionados, como o de Fausto Neto (1978), revelam um curioso paradoxo: se o "proprietário" é percebido como um "explorador" pelo trabalhador que paga aluguel, este mesmo trabalhador aspira tornar-se proprietário de uma casa a fim de aumentar sua renda através do aluguel, o que muitas vezes se realiza. A casa própria pode, então, transformar o "explorado" no "explorador" sem que, no entanto, tal transformação seja ideologicamente percebida. Segundo os informantes de Macedo (1979), possuindo uma casa própria, cessa-se de contribuir para o enriquecimento dos outros; opostamente, pagando aluguel, tira-se de si próprio para enriquecer outros, os mesmos informantes, todavia, aspiravam tornar-se proprietários locadores, uma contradição que, aponta a autora, apenas exprime a oposição entre propriedade e não-propriedade, independência e dependência, ganhar renda e pagar renda.

A casa própria implica, então, a possibilidade de escapar da dependência sob dois aspectos: a família escapa ao locador e à instabilidade habitacional; a família torna-se independente do "patrão", criando um negócio próprio na casa própria. Uma situação polar oposta seria aquela onde o trabalhador mora na "vila de fábrica", onde tanto o emprego como a moradia dependem do "patrão" e onde a habitação se torna um mecanismo de imobilização da *força de trabalho* (presa a um emprego) e do *trabalhador* (que não participará de movimentos operários). É a situação analisada por Leite Lopes (1979).

Mas, de outro lado, esses e outros aspectos da "ideologia da casa própria" relacionam-se à ideologia familiar. Possuir uma casa é, em muitos casos, a condição de o homem se manter como *pai de família* em certos estágios críticos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois a partir dela poderá ser gerada renda. Ser capaz de obter crédito, tanto informal como, e principalmente, formal é um sinal indiscutível de respeitabilidade, um dos principais componentes da imagem do *pai de família*. Significativamente, é freqüente que homens casados exibam seus "carnets" de crediário como demonstração de respeitabilidade e a posse de um imóvel facilita a obtenção de crédito. Possuir uma casa própria é um símbolo de prestígio e de sucesso. Mesmo que modesta, é uma demonstração pública de que o homem é, de fato, um *pai de família*, e a mulher, uma *dona de casa* e, aqui, possuir um domínio privado é um símbolo público. Possuir uma casa própria tem ainda outro significado de não pequena importância: não apenas permitirá uma ampliação do padrão de consumo familiar — em parte, indiretamente, pois será poupado o aluguel e, em parte, diretamente, pois a própria casa se converterá em fonte de renda, ou na base para a constituição de uma fonte mas também significa que o *pai de família* foi capaz de constituir um *patrimônio*: o pai não é só aquele que provê para o presente, mas, igualmente, aquele que provê para o futuro. Meus próprios informantes baianos enfatizavam que "deixar alguma coisa para a mulher e para os filhos" é prova de que o homem é um "bom pai de família".

A casa própria é, então, uma "necessidade básica" sob mais de um ângulo, inclusive porque, pelo menos idealmente, o conceito de pai é incompatível com a dependência, que assumiria sua forma extrema na "vila de fábrica". Mas, não é fácil construir uma casa; se o trabalhador tivesse que fazê-lo segundo as regulamentações formais, ou se tivesse que comprá-la no mercado formal, dificilmente ele chegaria lá. Só

pode fazê-lo através de esquemas informais, seja pela via da favela, seja pela via dos mercados de trabalho informais, esquemas esses de fundamental importância para a sobrevivência da família operária.

A Necessidade da Casa Própria e as Políticas Habitacionais

Em que medida respondem as políticas habitacionais às necessidades das classes trabalhadoras?

Parece bastante evidente que os "programas de habitação popular" respondem a certas necessidades bastante afastadas daquelas dos pobres. Seu objetivo é menos o de prover abrigo para as famílias "de baixa renda", que o de erradicar favelas ou invasões, freqüentemente abrindo essas áreas ao mercado imobiliário, ou a parques destinados ao deleite das elites. Destinam-se, também, a injetar recursos na economia, mantendo as taxas de acumulação. Em várias áreas metropolitanas, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, os projetos habitacionais objetivaram eliminar favelas e, assim, ao invés de oferecer uma solução aos problemas do pobre, criaram-lhe um problema, pois não se admite, em muitos círculos de tecnocratas e "planejadores", que as favelas são, em si mesmas, uma solução social. Mas, por outro lado, tais projetos resolveram problemas das elites e da "economia", essa estranha e reificada entidade.

Valadares (1978) mostra as seguintes razões subjacentes à política habitacional: a) aumentar o controle sobre as classes populares; b) destruir o modelo populista de troca política característico das favelas; c) abrir certas áreas urbanas ao mercado; d) satisfazer a classe média, sempre temerosa da perigosa proximidade das favelas. É interessante reproduzir um trecho do editorial do *Jornal de Brasília* de 8 de março de 1980 que, criticando a política habitacional brasileira, afirma, contudo, o insucesso desta ao criar:

> ... quistos habitacionais que, pela indignidade que lhe são inerentes, deseducam, revoltam e, em última instância, geram até a criminalidade.

Certamente, muitos projetos habitacionais foram altamente benéficos ao negócio da construção civil. De um lado como dito acima, liberaram áreas para construções de luxo; de outro, geraram lucros na construção de "casas populares". A favela continua, em muitos círculos, a ser vista como um "câncer social" (numa sistemática confusão entre causa e

efeito); a "pobreza conspícua" que ela exibe — pois, erradamente, favela é, geralmente, equacionada com pobreza, conforme aponta Leeds (1969 e 1977) — costuma ser considerada como uma ameaça ao turismo — ainda que as escolas de samba que ela gerou sejam o maior sustentáculo desse mesmo turismo — e como "denegrindo a imagem da nação". A pobreza deve, então, ser ocultada por detrás de projetos habitacionais em algum subúrbio distante. Evidentemente, essa política de ocultamento da pobreza significa belos lucros para a burguesia imobiliária e injeta benvindos recursos no próprio sistema que, em última análise, gerou esses mesmos "quistos habitacionais": se, num momento, a favela se revela condição da reprodução da força de trabalho, ou do rebaixamento de seus custos e, assim, condição da própria acumulação, num momento seguinte, torna-se pretexto para novo mecanismo de acumulação.

Programas habitacionais só se desenvolvem mediante uma premissa — devem gerar lucros. Por outro lado, como indica Bolaffi (s/d), tais programas tendem a se tornar "prioridades sociais" em períodos de recessão, ou de retração da expansão da economia nacional; caracterizam-se, no dizer do mesmo autor, como uma espécie de "pirâmides keynesianas". Ademais, o sistema é financiado pelo Fundo de Garantia, isto é, temos um sistema que financia a habitação popular (além da habitação não tão popular para a classe média), através da poupança popular, produzindo lucros privados — e assim elevando o custo da habitação — e mantendo os recursos no circuito do capital financeiro. Se as casas devem ser de "baixo custo", mas, ao mesmo tempo, gerar lucros, serão de baixa qualidade — em alguns casos, tais casas tornam-se mesmo, proporcionalmente, as mais caras. O mesmo editorial antes citado observa que:

> Com toda razão ... insurge-se o BNH contra a má qualidade das construções populares ... Não é de hoje que a imprensa transmite as queixas dos moradores de conjuntos habitacionais contra a precariedade das construções.
>
> O problema tem duas raízes. A primeira delas é aquela que o BNH aponta agora, a irresponsabilidade dos construtores que aplicam materiais inferiores aos especificados. Tal anomalia ... sempre esteve evidente demais e só a fiscalização dos financiadores não se apercebia...

A segunda razão pode ser encontrada no próprio modelo da política brasileira de habitação popular. Ainda hoje estamos ouvindo falar em casas populares de sessenta mil cruzeiros 'para as faixas de baixa renda', como se fosse possível construir-se uma unidade habitável em área urbanizada. Está óbvio que desse orçamento não sairá mais que um pardieiro que vai ampliar a favelização e a promiscuidade. (*Jornal de Brasília*, 8/3/1980).

Além de apresentar uma percepção estereotipada da favela — "promiscuidade" — há o equívoco em igualar conjunto habitacional com favela, sem considerar a especificidade da favela (cf. Leeds, 1969; 1977 e Leeds & Leeds, 1978, cap. V) e, ainda, o equívoco em definir como "anomalia" aquilo que é intrínseco à própria lógica do sistema.

O mesmo diário, em sua edição de 8 de junho de 1980 (pág. 1, caderno Plantão Imobiliário) e sob o título "Cassado por criticar o BNH no Rio", reproduz o seguinte depoimento do então presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Município do Rio de Janeiro, por ocasião do X Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis: "O BNH adota uma política monetarista e destinada a perseguir lucros, quando seu objetivo essencial é a prestação de serviços comunitários" ... Caneca falou ainda sobre a manipulação do BNH e dos Bancos de primeira linha sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 'tomado compulsoriamente do trabalhador' ".

Algumas conseqüências das políticas habitacionais, observadas por Valadares (1978) e Bolaffi (s/d), foram o incremento na especulação imobiliária; a elevação do custo de vida para os ex-favelados removidos para conjuntos habitacionais; um aumento nos custos sociais da urbanização; o incremento no valor de mercado da terra nas próprias áreas periféricas, tornando-as menos acessíveis àqueles para os quais tais lotes seriam uma solução para o problema habitacional. A política habitacional, concebida em termos da *venda de uma mercadoria* às famílias "de baixa renda", segundo as determinações das leis do mercado, não resolveu o problema do pobre, ainda que possa ter sido uma solução para o problema da indústria de construção.

Soluções Informais para Necessidades Básicas

Políticas habitacionais têm sido postas em prática em todas as áreas metropolitanas do Brasil, mas as favelas e in-

vasões continuam a crescer, enquanto alguns conjuntos habitacionais permanecem apenas parcialmente ocupados e outros tiveram seus ocupantes originais substituídos por famílias não de "baixa renda". Na realidade, muitos favelados utilizaram, em alguns casos, o próprio sistema de habitações populares para permanecerem favelados e para extraírem do sistema um lucro, ou para adquirirem lotes de terra em algum bairro periférico (cf. Valadares, 1978). De acordo com um *survey* recente realizado pela administração municipal do Rio de Janeiro, esta cidade contava, em 1979, com 309 favelas, que reuniam uma população de cerca de 1.800.000 habitantes. No mesmo ano, 32 por cento da população do Rio de Janeiro viviam em favelas, comparados a apenas 11 por cento em 1965 (cf. *Veja*, 20/2/1980).

Se os conjuntos habitacionais oferecem uma série de desvantagens, as favelas e bairros periféricos, dependendo do tipo de cidade, oferecem uma série de vantagens. Em muitas favelas ou invasões, só uma minoria de habitantes paga aluguel (Parisse, 1970; Woortmann, 1975) e este é, freqüentemente, mais baixo que nas áreas ditas "urbanizadas". Em outras cidades, comprar um lote num bairro periférico e construir sua própria casa com a força de trabalho familiar e o concurso de alguma mão-de-obra especializada "informal" é muito mais barato que comprar uma casa pronta através de programas oficiais. É preciso, todavia, lembrar que as favelas ou invasões não são estáticas. Pelo contrário, elas atravessam um ciclo de desenvolvimento e nos estágios finais deste, torna-se cada vez mais difícil encontrar espaço livre para erigir um barraco, eventualmente transformado em casa. Tal caráter dinâmico da favela é ressaltado por Leeds em seus trabalhos já citados. Face a esse ciclo, ligado, evidentemente, ao próprio crescimento urbano geral, as favelas deixam de ser as "fronteiras de ocupação urbana" — numa analogia com os posseiros da fronteira agrícola — que eram em seus estágios iniciais. E, também, gradativamente perdem seu caráter de ocupação ilegal do solo urbano, com o que, afinal, deixam de ser favelas, segundo a caracterização de Leeds. Vale transcrever, a propósito, o que foi observado por Heye (1980):

> Mata Machado não é uma favela 'típica' do Rio de Janeiro, no sentido em que a palavra *favela* é usada e explorada na imprensa. Não é a favela vertical colorida dos sambas, não é a favela espalhafatosa de crimes em manchetes, não é a favela de

> miséria ostensiva. Não corresponde aos estereótipos vigentes em relação ao termo, e que parecem vigorar mesmo entre profissionais de ciências sociais. Mostrando fotografias de interiores de casas de Mata Machado a colegas, ouvi repetidamente: 'Que bonito, nem parece favela!', 'Minha cozinha não tem um armário assim', e outras observações do mesmo teor. Apesar dos esforços desenvolvidos em pesquisas mostrando a diferenciação e especificidade, de favelas, o mito subsiste ... na medida em que 'favelados' são considerados (e se consideram) os "outros', objetos de pesquisa...
>
> Tive a oportunidade de observar em Mata Machado, durante quatro anos, este processo de urbanização e procura de legalização do terreno. No decorrer deste tempo, que em retrospecto parece curto, foi possível observar em Mata Machado os passos que levam uma 'favela' à transformação em 'bairro', foi possível detectar a diferenciação que os próprios moradores fazem entre 'morar na favela' e 'ser favelado' (cf. Heye, 1980: 117-118).

Mas, por outro lado, se existem favelas "maduras", em vias de se transformar em bairros, surgem outras novas, na medida em que isto é ainda possível. Não deixa de ser paradoxal, para não dizer irônico, que, conforme observou Valadares (1978), a própria criação de um conjunto de casas populares *que se destinava a erradicar favelas terminou por estimular o surgimento de outras em suas vizinhanças,* como corolário da substituição dos habitantes iniciais (ex-favelados, muitos dos quais se "refavelizaram") por outros, da pequena classe média, que passaram a constituir o mercado (informal) para os habitantes daquelas novas favelas.

Se a *casa* deve corresponder à *família,* isto significa que deve também corresponder ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Nas favelas ou nos bairros periféricos a casa pode ser construída ou expandida de forma a acompanhar esse ciclo, o que significa que ela pode acompanhar as mudanças no tamanho da família — e portanto iniciar-se com um espaço pequeno correspondente a um casal sem filhos ou com poucos filhos de baixa idade — como também pode se ajustar às variações no nível de renda dessa família. Se, a partir do estágio de fissão do grupo doméstico, o tamanho da casa excede às necessidades de sua "população", esse "excedente espacial" pode ser transformado em fonte de renda,

através do aluguel. Possuir uma casa própria é, então, um passo fundamental num processo de "acumulação" (e liga-se estreitamente ao desenvolvimento de pequenos negócios de base doméstica (cf. Machado da Silva, 1979). Favelas e bairros periféricos oferecem condições ideais para esse processo, como também para o desenvolvimento de uma produção de quintal. Conforme indica Leeds (1977), nas favelas do Rio de Janeiro criavam-se em torno de 200.000 porcos — cerca de um para cada quatro habitantes. Em outras cidades são os bairros periféricos loteamentos de dinâmica relativamente espontânea, ou "informal") que oferecem tais condições. A preferência em morar nesses bairros liga-se às possibilidades de desenvolver uma "agricultura de subsistência" e um pequeno comércio de aves, ovos e verduras, replicando-se no meio urbano o binômio *casa-quintal* característico de áreas rurais. Conforme observa Menezes, o cultivo de cereais no quintal é prática bastante comum, assim como a criação de animais, e esta possibilidade é uma das razões pelas quais, na cidade por ela estudada, as famílias pobres preferem se localizar em bairros periféricos (cf. Menezes, 1976: 121-122). O mesmo foi observado também por Tavares para Belo Horizonte. Produtos de quintal podem ser autoconsumidos ou vendidos, mas também participam de circuitos de trocas não-comerciais, isto é, de sistemas de reciprocidade que unem diferentes grupos domésticos em redes de parentesco. Tais circuitos parecem operar de forma importante para a redução do custo de reposição da força de trabalho. Ora, é evidente que conjuntos habitacionais compostos por apartamentos tornam impossível o funcionamento do binômio *casa-quintal,* e conseqüentemente elevam aquele custo de reposição. Se, para o campesinato, a reprodução repousa sobre a articulação entre roçado, quintal e casa, para a classe trabalhadora urbana, em seus estratos de trabalho manual não especializado, ela repousa sobre a articulação trabalho assalariado formal/trabalho informal-quintal e casa (esta última, porém, não apenas como o "locus" do consumo mas, igualmente, pelo menos em certos casos, do próprio trabalho informal). A propósito dessa produção de quintal, que implica igualmente um consumo não-mercantil, observa Fausto Neto:

> ... contrariando a tendência anteriormente assinalada de mercantilização dos diferentes itens do quadro da reprodução, o que se constatou foi a busca de uma utilização efetiva de um sem-número de estratégias de consumo *não mercantis, não indus-*

> *trializadas e não-institucionalizadas* ... o que se percebeu foi uma coexistência, ou uma utilização conjunta, de soluções institucionalizadas ao lado de uma série de outras, que poderiam ser caracterizadas como 'caseiras', ou 'primitivas'. A utilização dessas últimas, que se ampliam ou se reduzem (nunca se eliminam), de acordo com a situação da família, é o que lhe permite um *balanço viável* entre os dois pólos fundamentais da reprodução: a *renda* e o *consumo* (Fausto Neto, 1978: 184 — grifos no original).

A escolha do local da moradia, segundo os vários estudos realizados, parece obedecer a certos critérios básicos: a proximidade para com o mercado de trabalho, a proximidade para com parentes socialmente significativos — geralmente os parentes da mulher, dado o "bias" matrilateral do sistema de parentesco nesses grupos sociais e o papel central da mulher como articuladora das redes de parentesco (Cf. Woortmann, 1975 e Ridley, 1979); a possibilidade de desenvolver uma economia de subsistência urbana expressa pela já referida importância do quintal. Em algumas cidades pode ser mais adaptativo viver em bairros periféricos, e, em outras, em favelas ou invasões. No Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, uma boa parcela dos trabalhadores manuais depende de um mercado de trabalho informal e o viver em favelas propicia a proximidade para com este mercado. Em outros casos, a favela propicia a proximidade para com o mercado formal (Cf. Souto de Oliveira, 1977). Ora, os programas de habitação popular, tal como geralmente concebidos, são normalmente localizados em áreas relativamente remotas; se são pensados por seus idealizadores como uma solução para o *déficit habitacional,* na realidade criam problemas adaptativos, pois tendem a afastar seus habitantes do mercado de trabalho. Para aqueles que vendem, não sua força de trabalho, mas o produto de seu trabalho, é essencial viver perto daquelas áreas onde a riqueza é concentrada, isto é, os bairros de classe média ou de elite, e não necessariamente perto daquelas outras onde a riqueza é gerada — os distritos industriais. Ou então nas cercanias daquelas áreas onde é maior a concentração de obras de construção civil. Infelizmente, a localização da maioria dos conjuntos habitacionais destinados à população "de baixa renda" é determinada, não pelas necessidades dos trabalhadores, mas pelos requisitos do mercado imobiliário.

Programas habitacionais, por outro lado, principalmente aqueles que objetivaram "erradicar" favelas, tenderam a rom-

per redes de parentesco, de fundamental importância para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência (principalmente desde o ponto de vista feminino) e para o esforço adaptativo de migrantes (Cf. Ridley, 1979). Se a *casa* corresponde à *família*, o *local de moradia* corresponde à *rede de parentesco.* [1] A importância das redes de parentesco explica uma interessante estratégia observada por Valadares (1978): pessoas forçadas a deixar uma favela competem por conjuntos habitacionais específicos e buscam obter "pistolão" junto à burocracia dos programas habitacionais *para permanecerem próximos a seus parentes.* Outros mudaram-se para a favela onde moravam parentes a fim de serem "erradicados" juntos e enviados para o mesmo conjunto popular. Observou-se, então, um esforço no sentido de reagrupar redes de parentesco e de replicar vizinhanças de parentesco nos novos locais de moradia. É evidente que a operação de uma rede de parentesco tem um custo social e distâncias muito grandes entre parentes, implicam um ônus financeiro, além de dificultarem o fluxo de trocas de bens e serviços que mantém tal rede operativa. O padrão preferencial, que combina princípios culturais com necessidades estratégicas, é então a residência neolocal nas proximidades de parentes (matrilaterais).

A casa relaciona-se ainda à ideologia das relações familiares sob outro ponto de vista. O grupo doméstico passa, evidentemente, por um ciclo evolutivo. Mas este ciclo tem conseqüências para a posição do *pai de família* no contexto familiar, problema este que será analisado em detalhe num próximo artigo. Consideramos aqui apenas que, ao atingir determinada idade, o marido-pai se encontra freqüentemente em situação desvantajosa no mercado de trabalho formal — conceito esse aqui utilizado no sentido que lhe empresta Machado da Silva (1971) — ao mesmo tempo em que a esposa-mãe ganha *status* e prestígio e os filhos passam a contribuir, muitas vezes de forma substancial, para o orçamento doméstico. A manutenção do *status* de *pai de família* poderá estar estreitamente ligada à casa própria. De um lado, porque tal casa, mesmo que resultante do esforço combinado da família —

---

1 A importância das redes de parentesco é confirmada pelo trabalho de campo de Ellen F. Woortmann em áreas rurais de Sergipe. Seu estudo revela que migrantes de um mesmo bairro rural, freqüentemente correspondente a uma parentela, migram para o mesmo bairro urbano, ou para o mesmo distrito rural no "Sul". Em seu local de destino reconstitui-se não só a rede de parentesco, mas replica-se o padrão preferencial de casamento entre primos.

principalmente do marido e da mulher — é ideologicamente percebida como tendo sido construída pelo pai; de outro porque, para continuar a gerar renda, o marido-pai passa a depender de atividades desenvolvidas nos mercados de trabalho informais (Cf. Machado da Silva, 1971) e tais atividades não raramente dependem de uma casa própria. Exemplo disso é o negócio doméstico (Cf. Machado da Silva, 1979). E, no estágio final do ciclo de desenvolvimento, a ausência de uma casa própria poderá obrigar aos pais idosos, incapazes de pagar aluguel, a residir com seus filhos casados, violentando, assim, o já refeido princípio da família nuclear neolocal, isto é, residencialmente independente.

A casa própria, por outro lado, relaciona-se ao desenvolvimento daquelas atividades informais sob outro prisma: o dinheiro pago como aluguel não pode ser investido em nenhuma forma de pequeno negócio; ademais, o proprietário poderá não permitir que a casa seja utilizada para fins "comerciais", e sempre se corre o risco de ser despejado, o que poderá significar a destruição do negócio. A casa é então percebida como a base para o desenvolvimento ou para a expansão das atividades informais, e não apenas como residência. Ela é uma "necessidade básica" relativa não apenas ao consumo mas também à produção.

Mas, a própria casa também depende desse mercado de trabalho informal: não somente o dinheiro necessário para construí-la poderá vir desse mercado, mas ela é construída como já foi dito através de "relações de construção informais", isto é, combinando-se a mão-de-obra da própria família com a de outros parentes e de profissionais autônomos, seja permanentemente, seja em fins de semana e feriados. Isto permite uma considerável redução de custos, já que o profissional auto-empregado cobrará menos que uma firma de construção "formal". De qualquer forma, é muito pouco provável que firmas estabelecidas se interessem na construção em pequena escala, e muito menos em favelas ou invasões onde a posse da terra não é legalizada. Uma estratégia bastante comum é a de construir aos poucos, alternando períodos de poupança com períodos de construção, estratégia essa que dificilmente poderia ser posta em prática através do setor de construção civil formal. Esta solução informal permite à família ajustar seus recursos às suas necessidades, tal como observado por Fausto Neto (1978). Começando-se com apenas um cômodo, a casa é gradativamente ampliada pela adição de outros cômodos, e assim ela pode crescer juntamente com o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, um ciclo que implica

tanto uma renda variável quanto necessidades habitacionais variáveis, como já foi visto. E ainda, como também já foi visto, a casa pode crescer em correlação com o desenvolvimento de negócios domésticos informais. O estudo realizado por Souto de Oliveira (1977) numa favela do Rio de Janeiro oferece algumas conclusões relevantes. A renda das famílias estudadas não dependia apenas do salário mas também da relação entre o número de membros da família que trabalham e o número total de membros dessa família, e de fontes alternativas de renda, inclusive o aluguel de quartos e a exploração do comércio e da produção domésticos. O aluguel de quartos parece relacionar-se ao crescente valor da terra no interior da própria favela, dada sua proximidade a centros industriais e comerciais e à facilidade de transportes. Parece ter-se registrado um verdadeiro "boom" imobiliário que beneficiou principalmente aos moradores mais antigos que possuíam maiores extensões de terrenos, a ponto de existirem alguns que vivem exclusivamente de aluguéis. Bastante freqüente, também, na favela estudada por essa autora, é a utilização da casa como lugar de negócio (Cf. Souto de Oliveira, 1977: 308-309).

Os depoimentos de dois informantes de Fausto Neto valem ser aqui reproduzidos:

> O negócio do BNH não é caçoada não. Essas casas deles fica uma fortuna de dinheiro. E o pessoal tem de pagar. Vai pagando, pagando, que não acaba mais. Só tem um negócio, se o marido morre, fechô. É da viúva. Se não acontece isso, o negócio não tem jeito, vai pagar o resto da vida. Tem gente aqui... não comprou essas casa popular. Aí cavacô, cavacô, e não conseguiu pagá. Isso é um trem atôa: não dá prá nós não. Aí a construção dessa casa eu fiz no muque. Vendemo um terreno lá (no interior) e tocamo a casa. Dei um pedaço da casa prá fazê de empreitada. Deu muita confusão. Eu tive que ir até no delegado porque o cara falhou nos compromisso comigo. Mas do geito que ela tá aí levô dez meses. Agora devagarinho nos vai acabando o resto (Cf. Fausto Netto, 1978:194).
>
> Aqui eu tô fazendo a casa sozinho. Tou fazendo tudo. Eu não acho vantagem fazer casa popular agora. Antigamente, a antiga casa popular era vantagem porque a gente chegava, comprava ela por dez mil cruzeiros ou vinte mil e pronto. Era aquele preço até acabá. Hoje a gente compra uma casa do

> BNH por um preço. Aí todo ano tem acréscimo, todo ano tem aumento. A gente compra a casa popular e nunca acaba de pagar porque todo ano aumenta. Segundo eu ouvi falá, a única pessoa que leva vantagem é a viúva, aquela mulher que o marido morre. Ela tem direito de adquirí a casa. Junta os papéis e ganha a casa. A senhora vê, ganha a casa e perde o marido (Cf. Fausto Neto, 1978:195).

Aquilo que Fausto Neto observou em Belo Horizonte, possui pontos de contato com o que foi observado por Heye (1980) numa favela carioca. Referindo-se a um programa de "urbanização" de favelas, através da CODESCO, ressalta a autora a resposta às regras impostas por esta organização — proibição de aluguel ou venda de casas, e proibição de reformas ou construções novas:

> O resultado das imposições da Codesco em Mata Machado foi o escamoteamento das reformas feitas em casas. Algumas casas mantinham por fora a aparência de barracos... mas já tinham sido refeitas por dentro em alvenaria, com chão em sinteco e a cozinha azulejada. Seus donos aguardavam apenas a 'liberação' do plano da Codesco para retirarem a 'casca' de táboas e fazerem o reboco e acabamento final das casas...
>
> De um modo geral... as casas situadas à entrada da favela, ao longo da rua principal e em torno da praça... são construídas em alvenaria... encontrando-se nas encostas mais casas de táboas... as casas inicialmente construídas em pau-a- pique e/ou tábuas, aos poucos, à medida em que vão sendo acumulados tijolos e recursos, são feitas em alvenaria.
>
> Qualquer que seja o material empregado, ou se trate de construção nova ou reforma de casa já existente, *o trabalho de construção é geralmente feito em grupo,* nos sábados e domingos, ou fora do horário de trabalho. Os grupos de trabalho — ou de *mutirão* — são essencialmente masculinos (Cf. Heye, 1980:120).

Mas, a informalidade da construção em favelas ou bairros periféricos envolve ainda outra estratégia:

> Como muitos dos biscates dos homens de Mata Machado envolvem trabalhos de construção e reforma de casas, em que sempre 'sobram' alguns azulejos, estes vão sendo acumulados até se ter a quantidade suficiente para cobrir a área das paredes. (Heye, 1980:123).

A Casa é boa de Pensar

Se as análises estruturalistas revelaram que os animais não são bons apenas para serem comidos, mas também para serem pensados, pode-se igualmente afirmar que as casas não são boas apenas para nelas se morar, mas igualmente para pensar. Os magníficos estudos de Bourdieu (1972) sobre a casa bérbere e de Cunningham (1965) sobre a casa "cosmológica" Atoni indicam que a casa é um "texto", ou um "discurso" a ser lido pelo antropólogo. Mas, se a estrutura da casa fala uma linguagem simbólica, ela o faz, em primeiro lugar, para o grupo social correspondente. Qualquer casa, em qualquer sociedade, é, além de um espaço de moradia, também um espaço simbólico-ritual, e este espaço transmite uma mensagem ideológica. Uma breve comparação entre a casa camponesa, analisada por Garcia Jr. (1975) e a casa da favela, estudada por Heye (1980), é, a este respeito, sugestiva.

Tanto no mundo urbano quanto no rural a casa é, antes de mais nada, o domínio do privado. Por isso mesmo, da família. Numa primeira aproximação, então, a *casa* como um todo se opõe na cidade, à *rua,* e no campo ao "exterior" não necessariamente nominado. No campo, a *casa* opõe-se, ainda, ao *roçado* ou ao *pasto;* a primeira como domínio da mulher, e os últimos como domínio do homem. Na cidade, a própria categoria *rua* exprime também o domínio masculino — pois é lá que ele ganha o que *botar dentro de casa.* Portanto:

CASA: EXTERIOR : : FAMÍLIA: OUTROS
CASA = PRIVACIDADE
CASA: MULHER : : ROÇADO/RUA: HOMEM

Uma observação de Valadares (1978) é, a esse respeito, significativa. Referindo-se a famílias de ex-favelados transferidas para um conjunto de habitações populares, registrou a autora que uma das primeiras preocupações é a de *construir um muro ao redor do lote.* Com a construção do muro realizam-se duas operações: delimita-se um espaço onde se articula com o *quintal,* isto é, o binômio doméstico da reprodução da

força de trabalho familiar; e delimita-se o espaço de uma família nuclear como unidade discreta — numa vizinhança que, muito freqüentemente, *não é mais de parentes.* No dizer de uma das informantes de Valadares, o muro significativo a *"independencia"*.

Se a casa do favelado, ou do trabalhador que mora em loteamentos periféricos é construída pelas vias informais às quais já nos referimos, com base na família e no mutirão de parentes, o mesmo ocorre no mundo rural camponês.

> A *casa* materializa a formação de uma nova unidade doméstica, que permite a reprodução física e social da família (Cf. Garcia Jr., 1975: Cap. III, pág. 2).

Há então uma relação casa-grupo doméstico-família. A primeira é a base material do grupo doméstico que, por sua vez, é a organização econômica que permite a atualização e a reprodução da família. E esta última permite a existência e a operação da organização doméstica, visto que os papéis desta última se definem através de um código da família (é preciso não confundir família com grupo doméstico, ainda que empiricamente tendam a coincidir).

A *casa* não é só uma construção, mas também um domínio social, econômico e ideológico. Já vimos que, na cidade, a cada novo casal corresponde nova casa, e o mesmo registrou Garcia Jr. entre camponeses de Pernambuco e eu mesmo entre camponeses de Sergipe. No contexto camponês uma nova casa é construída pela família e/ou pela cooperação de parentes e vizinhos — e muitas vezes vizinhos são parentes, como é o caso de Sergipe.

> Ambas as formas de reunir as pessoas que constroem a *casa* são formas de solidariedade articuladas pelo parentesco ou formas próximas dele... Mas o *adjunto* é a forma social prescrita de construção de uma casa... a equipe normal de construção de uma *casa* é constituída também por parentes e vizinhos, e é só eventualmente que é feita pelo grupo doméstico.
>
> ....
>
> *Adjunto* articula a solidariedade de grupo de vizinhos e parentes na construção de uma casa, cuja manifestação e retribuição é a festa... A hipótese que adiantaremos aqui é que o *adjunto*

> tenha um conteúdo explicitamente extradoméstico porque está em jogo a constituição de uma nova unidade doméstica, ou melhor, de estabelecimento do seu domínio privado (que) implica no reconhecimento deste caráter pelos outros membros do mesmo universo social, isto é, tem que ser um reconhecimento público. Assim como o casamento, a *casa* teria um caráter público no seu início, pois a festa que marca ambos anuncia a delimitação de uma nova unidade familiar e do espaço que lhe é próprio. O fato de construírem juntos a *casa* implica no reconhecimento de que ali estará uma unidade da mesma qualidade das que já existem socialmente, num certo comprometimento em garantir os limites que a nova unidade imporá. E comer e beber juntos reproduz coletivamente um dos fatos cotidianos da casa, indicando uma comunidade de interesses e valores (Garcia Jr., 1975, Cap. III, pág. 6).

Então, não é somente a casa que é uma construção simbólica, mas a construção da casa é um processo ritual. Melhor dizendo, um momento do processo ritual mais amplo é o casamento. A casa está para família, tal como a sua construção está para a constituição dessa família. No caso por nós observado em Sergipe, o *adjutório* na construção da casa se compõe de parentes que compõem o bairro rural, e o casamento deve ser realizado entre parentes (ao que parece, preferencialmente primos paralelos), isto é, dentro do mesmo bairro rural.

Mas, como aponta Garcia Jr., a casa é também o local da reprodução:

> Quando aqui estamos nos referindo a *casa* como local de reprodução não estamos apenas falando dos elementos materiais que compõem esta reprodução... mas que tal é o local onde são reproduzidas as regras e formas sociais de existência do grupo, isto é, sua ideologia. Se a *casa* delimita uma esfera privada em relação aos outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade, é que nela há implícito um modelo de autoridade interna, em que o responsável por ela (no caso o *pai de família*) responde por isto frente a esta sociedade, ou seja, serve de mediador entre o "mundo interno" e o "mundo externo". Ao homem cabe a responsabilidade pela "ordem" em sua *casa,* isto é, garante frente aos

> outros que certos padrões sociais são cumpridos ali. Isto implica em não ingerência em *casas* homólogas à sua, mas não implica que dirija todas as tarefas de sua casa, que,... pertence à esfera feminina (Idem, pág. 7).

Garcia Jr. ressalta, portanto, outra dimensão da relação entre a *família nuclear*, o *pai de família* e a *casa*, coerente com o que foi colocado no início deste artigo. E, por outro lado, à posição mediadora do *pai de família* em posição à mãe, ou às mulheres, corresponde a "planta ideológica" da casa.

> A existência de padrões de comportamento dentro de uma *casa* está associada ao fato de que a *casa* é o espaço social próprio onde acontecem certos fatos básicos, a reprodução física e social do grupo estudado como: o ato sexual, o nascimento, a morte, o comer, o tratamento de doenças etc... Não é de se admirar que a divisão espacial da *casa* seja percebida como algo dado, "que é", os padrões aí presentes sendo vistos como imutáveis, fato comum a todos os pontos centrais de uma ideologia determinada (Ibidem, pág. 9).

De modo geral, a casa possui duas entradas, uma pela sala de visitas e outra pela cozinha. Esta última destina-se às mulheres da família e da vizinhança. Pela porta da frente entram os homens. E a porta da frente, como observamos em Sergipe, está sempre voltada para o caminho vicinal, e na medida do possível para o nascente (o que se associa com uma casa "sadia").

> Um estranho, ao ser recebido em uma *casa*, entrará só na *sala de visitas*, também designada *sala de chegada*... Este é também o lugar onde fica o homem da *casa*, quando está nela... A sala de visita é o local da casa onde se dá a mediação com o mundo exterior à família, daí seu caráter predominantemente masculino. Ela está sempre arrumada porque é ela que dará a imagem da *casa* aos de fora. Ao mesmo tempo ela barra o acesso de qualquer pessoa aos outros compartimentos (Ibidem, pág. 14-15).
>
> A cozinha é um compartimento escuro, sem janelas... A cozinha é o local da *mãe de família*...

> Note-se que a *cozinha* serve a um outro tipo de mediação do mundo exterior com a *casa*: é na cozinha que os elementos do mundo animal, vegetal e mineral são transformados em alimentos pelas mãos da mulher... Se a casa é o lugar da mulher, dentro deste espaço a *cozinha* é o seu local próprio. Entretanto, é preciso ressaltar que a mediação da *cozinha* não é com o mundo exterior à família...

Passa-se, então, de uma primeira oposição entre a casa em sua totalidade com o mundo externo, e entre a casa e o roçado, exprimindo a oposição entre o homem e a mulher, para um desdobramento dessa mesma oposição num de seus pólos:

CASA : ROÇADO :: COZINHA : SALA

Há na casa, então, um domínio masculino (e em Sergipe é na sala que se estoca o principal produto do trabalho do pai — farinha, feijão ou outro qualquer, a depender da região) e outro feminino, que se opõem polarmente: sala/cozinha = frente/fundos = claro/escuro = nascente/poente. Mas há também espaços mediadores, pois não existem oposições simbólicas sem mediações simbólicas, mesmo porque as oposições são complementares. Por isso existe, espacialmente definida, uma *sala de janta*:

> A *sala de janta* tem uma porta dando para a *cozinha* e outra do lado oposto para a *sala de visitas*. Nela são feitas em geral as refeições... a sala de janta serve também de corredor entre a sala de visitas e a cozinha... em todas as refeições o *pai* é o primeiro a ser servido, e senta-se em geral só... a mulher... só come depois que o marido acaba (Ibidem, pág. 18).

É na sala de janta que se realiza a refeição, e é por ocasião desta que o *pai*, responsável pela produção no roçado, reencontra-se com seu produto, agora como consumidor, uma vez transformado esse produto em comida. É claro o sentido mediador deste espaço da casa. Mas, mesmo aí, se mantém uma separação *temporal*, ainda que dentro da mesma dimensão *espacial*, entre o homem e a mulher. Em outras situações, urbanas, é nessa sala que se encontram e *comem juntos* aqueles que correspondem aos domínios separados: homens e mulhe-

res; adultos e crianças. Num caso como noutro, trata-se de um espaço de mediação.

Finalmente há os quartos:

> Numa dimensão de simetria em relação à sala de janta estão os quartos. *Sem janelas*... as portas dos quartos são protegidas por tecidos que caem dos travessões que sustentam o telhado (Ibidem, pág. 18).

Os quartos são, portanto, o espaço mais privado da casa *em relação ao mundo exterior*, pois, se não possuem janelas (que os comuniquem com o "fora"), tampouco possuem portas, que os isolem do resto da casa, mas apenas cortinas. O mesmo padrão observamos em Sergipe, o que parece corresponder a uma concepção de privacidade.

> Os *quartos* só são ocupados à noite, permanecendo escuros durante todo o tempo, pois mesmo à noite a reunião do grupo doméstico dar-se-á ou na *sala de janta,* ou *na sala de visitas,* onde ficam os lampiões... Observa-se que, se a *sala de janta* é uma só, onde todos comem... o quarto é um elemento concebido sempre no plural (os *quartos*)... é a regra de incesto que diferencia os *quartos,* enquanto locais de dormir. As únicas relações sexuais permitidas na casa são entre o *pai* e a *mãe.* Diferenciar os locais de dormir entre o local reservado aos *pais* e aos *filhos* permite que o dormir tenha significado diferente, sem que seja perceptível, ao nível imediato, o real caráter de classificação dos locais. Fato não menos significativo é que os filhos vão mudando de *quarto* segundo sua classe de idade... Quando só há dois *quartos* na *casa,* são as meninas que dormem nos *quartos,* compartimentos protegidos, e os meninos vão dormir na *sala de visitas* (Ibidem, pág. 19).

O autor observa ainda que *não se dorme na sala de janta;* poderíamos aventar que nesta só se *come* no sentido literal do termo. Se é correta a relação feita pelo autor entre dormir e incesto (dormir tem também um duplo sentido), não seria implausível essa nossa conclusão. E observa ele ainda que, por falta de espaço adequado, os *meninos muito pequenos* podem

dormir na cozinha, espaço fundamentalmente da mãe, à qual estão ainda ideologicamente ligados, supomos.

Observa Garcia Jr. finalmente que:

> Na *sala de janta* tem lugar a ingestão de alimentos, enquanto nos *quartos* tem lugar o dormir e o ato sexual. Ambos os compartimentos propiciam a reprodução física e social do grupo doméstico. Porém, se para a ingestão de alimentos todos os membros... podem ser considerados como equivalentes, porque podem ocupar o mesmo espaço com o mesmo fim, a possibilidade do ato sexual difere o dormir dos membros do grupo doméstico, corte que se exprime também ao nível espacial. São esses dois tipos de compartimentos que organizam o encontro/não encontro dos elementos masculinos e femininos... o interior da *casa* propriamente dito. No caso da *sala de janta,* este encontro se dá durante o dia... enquanto os quartos são ocupados à *noite.* Há janela na parte lateral da casa correspondente à *sala de janta,* mas não há janelas nas paredes laterais correspondentes aos quartos.
>
> Pode-se assim notar que na casa há um local feminino por excelência, a *cozinha,* que se opõe ao outro extremo da casa, ao seu compartimento predominantemente masculino, a *sala de visitas,* e entre ambos, opostos entre si, estão os compartimentos que organizam o encontro/não encontro dos elementos femininos e masculinos da unidade doméstica, a *sala de janta* e os *quartos* (Ibidem, pág. 20).

Tomando a reprodução da planta arquitetônico-simbólica da casa apresentada por Garcia Jr. e acrescentando os elementos observados por Ellen F. Woortmann em Sergipe, teríamos o seguinte:

Banheiro "privada" Poente Quintal Privado
Escuro

Cozinha Quarto Quarto	Sala de Janta	Noite Dormir	Feminino Feminino Masc./Fem.	Feminino Femin. Masc.	Dia Comer
Sala de Visita			Masculino		

Claro — Nascente
Caminho público

Portanto, não só a casa em si mesma, mas igualmente sua construção são estruturas simbólicas, um espaço e um processo que transmitem uma mensagem ideológica.

Ainda que se observem diferenças entre a casa camponesa e a casa da favela, mesmo porque esta última tende a incorporar valores de classe média urbana — a ideologia dominante, poderia-se dizer — a casa da favela não é menos uma construção ideológica que a camponesa. É o que revelam as observações de Heye (1980).

> Ante a tensão e a insegurança geradas pela ameaça de remoção os moradores passaram a falar muito de suas casas, enfatizando sempre que "moram direito". Procurei descobrir então o que é "morar direito", fazendo um estudo das casas na localidade.
>
> Todas as casas têm "frente" e "fundos"... "Frente é a parte orientada para fora, para a rua, para o domínio público; "fundos" a área designada para a preparação de comida e eliminação da mesma, banho, lavagem de roupa, de lixo.
>
> "Frente" e "fundos" são necessários para marcar as fronteiras da área intermediária onde se pode dormir, trocar de roupa, fazer sexo,... descansar.
>
> Começando, então, pelos "fundos" da casa: a cozinha, embora ocupando um espaço socialmente desvalorizado na hierarquia dos ambientes da casa, quando olhada do ponto de vista que os moradores desta pretendem mostrar "para fora", ocupa sem dúvida um ponto central no mapa simbólico dos moradores quando vista "por dentro" da casa.
>
> Uma evidência concreta da importância da cozinha... encontra-se na valorização do armário de cozinha, um dos pontos focais da casa. O armário é importante porque significa que o possuidor precisa de um lugar para guardar panelas etc., mas principalmente a "compra do mês" — transmite, isto é, a mensagem de que o dono deste armário tem renda fixa mensal, garantindo um estoque de mantimentos (Cf. Heye, 1980:120).

Já se vê, então, semelhanças com a casa camponesa. Mas se vê também uma diferença: na casa camponesa, pelo menos em Sergipe, o produto do trabalho do *pai de família* é armazenado na sala da frente. Aqui ele é armazenado no armário

da cozinha. Mas nem por isso deixa este espaço de simbolizar o papel de *pai de família* (que consiste em trazer para casa o "de comer") em articulação com o de *dona de casa,* que consiste em fazer a comida. E não seria simples coincidência, ou apenas uma imposição prática, que coloca no mesmo armário o produto do trabalho do pai e o meio de trabalho da mãe (as panelas).

> Além disso, a cozinha parece ter uma posição intermediária entre casa e fora de casa — uma área de transição entre natureza e cultura, uma área ambivalente em que se por um lado estão o fogão e o armário de comida, por outro, ocupando o espaço designado como "menos nobre", "inferior", é colocada simbolicamente quase fora da casa. A fileira de sandálias colocada no degrau da porta que leva da cozinha ao interior da casa, o pedaço de chão desta forrado de folhas de jornal teve explicação unânime pelos informantes: "É para não levar sujeira para dentro de casa"... A porta dos fundos... é usada em geral pelos moradores para entrar e sair, sendo a porta da frente reservada a entradas/saídas formais... A cozinha, então, é o espaço em que se faz a transição informal do domínio público ao privado, é o espaço em que se pode deixar a "sujeira" que não deve ser trazida para "dentro de casa".
>
> Como corroboração desta afirmativa, outra instância da posição intermediária entre dentro e fora da casa da cozinha: Numa das casas a pia é colocada de modo a que se possa ter acesso a ela tanto por dentro quanto por fora da casa... Mesmo descontando o fato do posicionamento desta pia ser uma solução arquitetônica... racional e prática... há evidências do fato de que procurou-se separar coisas ainda não preparadas... que ficam do lado de fora, de objetos elaborados.
>
> ....
>
> Banheiros... estão sempre nos fundos da casa... pela consideração de que pertencem ao domínio da "sujeira"... A reabilitação social do banheiro, o momento em que é trazido para dentro de casa e se transforma num espaço socialmente aceitável, que pode ser mostrado a visitas, acontece quando ele é azulejado... O resultado, o banheiro reformado, pode ser mostrado não só porque a su-

> perfície vitrificada, impermeável do material constitui uma barreira ótica à "sujeira", mas também porque "ficou bonito", porque é o resultado concreto de um esforço de ordenação, é evidência visível de que se pode "arrumar" pelo menos um aspecto do mundo caótico e inseguro (Idem: 121-122).

À cozinha (fundos) opõe-se a sala (frente), tal como na casa camponesa:

> ... passando dos fundos à frente da casa, chegamos à sala... Em quase todas as casas a sala não é só sala, isto é, espaço mas também área intermediária, ou familiar, servindo de dormitório... Dada esta dupla função do espaço, a necessidade de arrumação implica em não deixar transparecer em momentos de ocupação formal do espaço indícios de sua utilização informal ou íntima, em outros momentos — ou, trocando em miúdos, fazer a cama antes da visita chegar (Ibidem: 123).

Portanto, transfere-se para a dimensão temporal aquilo que não pode ser separado no espaço, e de certa forma torna-se o tempo equivalente ao espaço. Mas a sala é ainda o local de um "altar": o aparelho de televisão.

> ... o maior investimento financeiro dos moradores da casa. Em conseqüência da importância do investimento o aparelho de televisão é posicionado nem sempre de maneira aparentemente mais lógica para ver a tela, mas de modo a ser a primeira coisa a encontrar a vista de quem entra na casa, ou mesmo de quem não entre e só passa pela janela ou porta... Numa das casas tinha notado... a posição não funcional da televisão, colocada cerca de 1,5m em frente da porta de entrada... quando do outro lado da sala havia mais espaço (Ibidem: 124).

A autora observa ainda outro detalhe altamente significativo, relativo ao espaço daquele altar eletrônico:

> ... o arranjo de móveis em miniatura em frente da televisão... tornou-se patente que este arranjo... representava... a disposição ideal de móveis da sala... O tapete, mesa de centro, quatro cadeiras em volta... formam uma disposição espa-

cial não replicável no espaço real da sala desta casa, ou em geral de outras casas de Mata Machado.

As cadeiras em miniatura... pertencem à categoria "brinquedo". No caso, foram apropriadas para a categoria "enfeite", uma categoria "adulta"... Sua função é reproduzir em termos simbólicos um arranjo... futuro possível se e quando houver espaço e móveis (Ibidem: 24).

Ou, indagaríamos, uma interiorização miniaturizada do padrão típico da sala de classe média, e com ela, da "ideologia dominante". Uma forma de mostrar que se conhece o modo de vida de uma classe percebida como superior, sem abdicar de seu próprio modo de vida; de um grupo de referência positiva. Por que as miniaturas de tão pouco valor material em frente ao maior investimento, tanto financeiro como simbólico?

A disposição dos quartos é novamente análoga ao da casa camponesa, a refletir uma ideologia familiar e de papéis sexuais:

... o quarto das filhas... é colocado de maneira a permitir acesso somente através do quarto dos pais, enquanto o quarto dos rapazes... tem acesso pela cozinha. O fato de as filhas dormirem no recinto mais "protegido", de acesso mais controlável... talvez reflita a atitude de que as filhas devem ser controladas e protegidas, enquanto é permitida maior liberdade aos filhos, colocados simbolicamente já quase fora da casa (Ibidem: 125).

Portanto, a casa da favela reflete um padrão de organização familiar, algo muito longe dos estereótipos estigmatizantes da "promiscuidade".

Os trabalhos que foram utilizados neste artigo deixam claro que a antropologia pode contribuir significativamente para a compreensão da casa como uma "necessidade básica", não só material mas igualmente cultural. Se as transcrições que fizemos foram algo copiosas, é porque essas análises nos parecem relevantes. Programas habitacionais não lidam apenas com moradias mas também com a *casa*, e conseqüentemente com a *família*, seja como uma unidade produtiva e reprodutiva, seja como uma categoria cultural. Por isso, podem se beneficiar com a contribuição antropológica, como aliás o revela o depoimento de Ferreira dos Santos (1980).

A remoção de favelados afeta seu mercado de trabalho e suas redes de parentesco; afeta também suas concepções de "morar direito".

A presença da favela, ou invasão, porém, parece ser gradativamente aceita pela tecnocracia habitacional e pelas elites políticas; projetos surgem de "urbanizar" a favela, ao invés de removê-la. Mas não sem resistências pelos interesses investidos. E não sem gerar lucros. Recentemente, inaugurou-se um programa na favela da Maré. Crianças enfileiradas agitando bandeiras à passagem das autoridades parecem indicar que o populismo ressuscitou. Aproximam-se eleições e favelas contêm, além de moradores, eleitores. Se a hipótese de Bolaffi quanto à "pirâmide keynesiana" é correta, vale lembrar que estamos em tempo de recessão. Nunca é demais lembrar que a casa da favela é uma solução. Se para os camponeses estudados por Garcia Jr. a casa deste último — um apartamento de classe média — obedece a um modelo percebido por aqueles como sendo "troncho", por não ser "bem repartidinha", não menos "troncha" seria a casa popular do BNH.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA ALVIM, Maria Rosilene. "Notas sobre a Família num Grupo de Operários Têxteis", in LEITE LOPES, J. S. et allii. *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BILAC, Elizabete Dória. *Famílias de Trabalhadores*. São Paulo, Símbolo, 1978.

BOLAFFI, Gabriel. "Habitação e Urbanismo", in *Cadernos Ceru. 9*. São Paulo, s/d.

BOURDIEU, Pierre. "Célibat et Condition Paysanne". Études Rurales. n.º 5-6, avril-septembre, 1962.

———. "La Maison ou le Monde Renversé", in *Esquisse D'Une Théorie de la Pratique*. Genève-Paris, Librarie Proz., 1972.

CUNNINGHAM, Clark. E. "Order in the Atoni House", in Lessa, William A. & VOGT, Evon Z. *Reader in Comparative Religion*. N. York, London, Harper & Row, 1965.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. "Como e Quando Pode um Arquiteto Virar Antropólogo?", in VELHO, Gilberto. *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Brasília, PGA, CIS, UnB, 1978.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS, Museu Nacional, 1975.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HEYE, Ana Margarete. "A Questão da Moradia numa Favela do Rio de Janeiro ou Como ter Anthropological Blues sem Sair de Casa", in VELHO, Gilberto. Op. cit., 1980.

I.D.S. BULLETIN. DOWN TO BASICS; REFLEXIONS ON THE BASIC NEEDS DEBATE; June 1978, Vol. 9, n.º 4; Institute of Development Studies, University of Sussex, 1978.

LEEDS, Anthony. "The Significant Variable Determining the Character of Squatter Settlements", in *America Latina.* Vol. 12, n.º 3, Rio de Janeiro, 1969.

————. "The Metropole, The Squatment and the Slum: Some Thoughts on Capitalism an Dependency"; Burg Wartenstein Symposium n.º 73 — SHANTY TOWNS IN DEVELOPING COUNTRIES; Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1977.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEITE LOPES, José Sérgio. "Fábrica e Vila Operária: Considerações Sobre uma Forma de Servidão Burguesa", in LEITE LOPES, J. S. et allii. Op. cit., 1979.

LOMNITZ, L. "The Social and Economic Organization of a Mexican Shantytown", in CORNELIUS, W. A. & TRUEBLOOD, F. M. *Latin American Urban Research.* Vol. 4; Sage, London, 1974.

MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da Desigualdade.* São Paulo, Hucitec, 1979.

MACHADO DA SILVA, A. Luiz. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade.* Dissertação de Mestrado, PPGAS, Rio de Janeiro, 1971.

————. "Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais", in LEITE LOPES, J. S. et allii. Op. cit., 1979.

MENEZES, Cláudia. *A Mudança; Análise da Ideologia de um Grupo de Migrantes.* Rio de Janeiro, Imago, 1977.

MOURA, Margarida. *Os Herdeiros da Terra.* São Paulo, Hucitec, 1978.

PARISSE, Lucien. *Favelas de L'Agglomeration de Rio de Janeiro; Leur Place dans le Processus D'Urbanization.* Tese de IIIème Cycle, Université de Strasbourg, 1970.

RIDLEY, Dominique. *Uma Mão Lavando a Outra e as Duas Banhando o Rosto — Um Estudo de Parentesco no Contexto da Migração.* Dissertação de Mestrado, Brasília, PGA, CIS, UnB, 1979.

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane. *Hábitos e Padrões Alimentares de um Grupo Operário do Rio de Janeiro.* (mimeog.), 1977.

TAVARES, Maria das Graças. *Um Estudo do Processo de Mudança de Hábitos Alimentares em Belo Horizonte* (mimeog.), 1977.

VALADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma Casa; Análise do Programa de Remoção de Favelas no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

WOORTMANN, Klaas. *Marginal men and Dominant Women: Kinship and Sex Roles Among the Poor of Bahia.* Tese de Doutoramento, Harvard University, 1975.